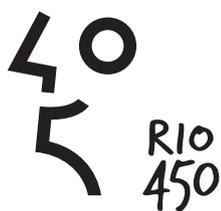


Relatório de Transparência Fiscal



1º Quadrimestre de 2015

Julho de 2015



SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

Marco Aurelio Santos Cardoso

SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Ricardo de Azevedo Martins

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO

Rodrigo Fernandes Barbosa

SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO

Carlos Evandro Viegas

SUPERINTENDENTE DO TESOIRO MUNICIPAL

Márcia Cristina de Lima Aldy

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

Eliane Almeida de Vilhena Totti

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Charbelly Imaculada de Almeida Estrella

ASSESSOR ECONÔMICO

José Marcelo Souza Boavista

EQUIPE RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alexandre da Costa Corrêa

Ana Cláudia Tavares Mendes

Andre Azevedo de Albuquerque

André Gustavo Medeiros de Souza Lima

Cláudia Rebordões Carauta Pombal

Denise Mendes da Silva

Eduardo da Cunha Vianna

Ricardo Silveira Barros

Simone Karasawa

Waldo de Andrade

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Anexo - Centro Administrativo São Sebastião, Cidade Nova

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.211-900

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>



ABREVIações, SIGLAS e ACRÔNIMOS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CGM	Controladoria Geral do Município
COMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
COSIP	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FASS	Fundo de Assistência à Saúde do Servidor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINCON	Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNPREVI	Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IPI-Exp	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Participação do Município
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial
LC	Lei Complementar
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MCidades	Ministério das Cidades
MP	Medida Provisória
MRJ	Município do Rio de Janeiro
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária Municipal
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
PPI Carioca	Programa de Pagamento Incentivado de débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa
Previ-Rio	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
Pró-Moradia	Programa do Governo Federal de acesso à moradia



Pró-Transporte	Programa do Governo Federal para financiamento ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana
RCL	Receita Corrente Líquida
RLR	Receita Líquida Real
Salário Educação	Contribuição Social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SUS	Sistema Único de Saúde
TCDL	Taxa de Coleta de Lixo
TransCarioca	BRT da Barra ao Galeão
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

ÍNDICE ANALÍTICO

I) INTRODUÇÃO	3
II) RESULTADO FISCAL	3
II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	3
II.2) RESULTADO PRIMÁRIO	5
II.3) RESULTADO NOMINAL	6
III) RECEITA MUNICIPAL	6
III.1) RECEITAS CORRENTES	8
III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA	8
III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	9
III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU	9
III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI	9
III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	9
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10
III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES	13
III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13
III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL	13
III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS	14
III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14
III.2) RECEITAS DE CAPITAL	15
III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15
III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS	15
III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	15
III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16
IV) DESPESA MUNICIPAL	16
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	16
IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	17
V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS	18
V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE	18
VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA	19
VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA	19
VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA	20
VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	22
VIII) CONCLUSÃO	23

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal é uma publicação quadrimestral da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro - SMF, onde são analisadas as receitas e as despesas da Prefeitura. No que se refere aos valores apresentados ao longo do relatório valem as observações abaixo:

- Todos os valores apresentados - a menos de quando expressamente especificado - são nominais e acumulados até o período em questão.
- Todas as comparações de valores se referem ao mesmo período do ano anterior - a menos de quando expressamente especificado.

Esta iniciativa da Prefeitura do Rio, por meio da SMF, tem por objetivo garantir transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro Municipal até a sua aplicação, com base no planejamento orçamentário, e considerando a legislação vigente e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal - LRF (Lei Complementar Nº 101/2000).

Os dados utilizados foram extraídos majoritariamente do Sistema Fincon da Controladoria Geral do Município -CGM. Foram consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias e todas as entidades da administração indireta (exceto a CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), inclusive o fundo de previdência dos servidores públicos, o FUNPREVI, de forma que os dados aqui apresentados estejam de acordo com os demonstrativos da LRF publicados pela CGM. Neste sentido, não são consolidados os números da CDURP uma vez que, embora seja controlada integralmente pelo Município, possui independência orçamentária dada sua natureza de empresa estatal não dependente, de acordo com a legislação vigente.

O relatório está dividido nas seguintes seções:

- i. Na primeira, é apresentado um balanço geral das contas públicas;
- ii. Na segunda, são apresentados os resultados orçamentário, primário e nominal;
- iii. Na terceira seção, são analisadas as receitas municipais por categorias econômicas;
- iv. Na quarta, são apresentados os números das despesas por categoria econômica, por função de governo e por área de resultado;
- v. Na quinta, é feita uma apresentação das fontes de financiamento e dos contratos de repasse;
- vi. As três últimas trazem considerações sobre as aplicações dos saldos de caixa do Município, a gestão da dívida pública e a gestão do patrimônio imobiliário da administração direta.

I) INTRODUÇÃO

No primeiro quadrimestre do ano a Receita Total do Município apresentou expansão de 11,2% - preservando características verificadas no ano de 2014, como o desempenho das operações de crédito para infraestrutura urbana somado a um crescimento acima da inflação para o ISS, sustentando o vigoroso ciclo de investimentos da Prefeitura. Vale destacar o comportamento do ISS, principal tributo arrecadado pela SMF, que mesmo em um cenário de desaceleração da economia nacional cresceu 9,7%.

O crescimento de 20,4% da Despesa Total se deveu basicamente ao crescimento de mais de 100% das despesas com investimentos - que saíram de R\$ 351,1 milhões para R\$ 722,6 milhões.

Neste contexto, é interessante observar a tabela abaixo, onde se verifica a dotação orçamentária destinada aos investimentos - que são destacados por conta da preocupação da Prefeitura com a infraestrutura urbana e seus efeitos sobre o bem-estar da população carioca.

TABELA I - PERFIL DE DESPESAS - 1º quadrimestre de 2015

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupos de Despesa	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE DE 2015						
		LOA 2015	Dotação Atual	% da Dotação Atual	Despesa Empenhada	% da Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% da Despesa Liquidada
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	13.773,8	13.645,4	43,7%	5.575,2	31,7%	3.719,3	53,4%
	Juros e Encargos da Dívida	837,8	532,1	1,7%	512,4	2,9%	175,4	2,5%
	Outras Despesas Correntes	8.506,2	8.423,4	27,0%	5.921,9	33,6%	2.098,6	30,2%
Total Despesas Correntes		23.117,8	22.600,9	72,4%	12.009,6	68,2%	5.993,2	86,1%
Despesas de Capital	Investimentos	6.327,8	7.841,7	25,1%	5.191,6	29,5%	722,6	10,4%
	Inversões Financeiras	203,6	199,8	0,6%	112,5	0,6%	112,3	1,6%
	Amortização da Dívida	495,2	290,9	0,9%	288,8	1,6%	132,3	1,9%
Total Despesas de Capital		7.026,7	8.332,4	26,7%	5.592,9	31,8%	967,1	13,9%
Reserva de Contingência		45,0	268,4	0,9%	-	0,0%	-	0,0%
TOTAL GERAL		30.189,4	31.201,7	100,0%	17.602,5	100,0%	6.960,4	100,0%

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

II) RESULTADO FISCAL

Esta seção apresenta o resultado fiscal, detalhado nos resultados orçamentário, primário e nominal.

II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é apurado pela diferença entre a Receita Orçamentária Total arrecadada e a Despesa Orçamentária Total empenhada ou liquidada. Um Resultado Orçamentário Superavitário reflete uma Receita superior à Despesa (gerando, assim, acúmulo de caixa), ao passo que um Resultado Orçamentário Deficitário compreende a situação inversa, em que há o consumo do superávit de caixa acumulado em períodos anteriores.

No primeiro quadrimestre de 2015, o Resultado Orçamentário foi superavitário em R\$ 1,8 bilhão, considerando os R\$ 8,8 bilhões de Receita Total arrecadada e os R\$ 7,0 bilhões de Despesa Total Liquidada, conforme pode ser observado na Tabela II a seguir.

Cabe lembrar que, tendo em vista a concentração da arrecadação do IPTU em fevereiro (vencimento da cota única) e o menor ritmo de liquidação de despesas no início de cada ano, o primeiro quadrimestre tende a ser superavitário do ponto de vista orçamentário, fenômeno que também pôde ser observado no Resultado Orçamentário do primeiro quadrimestre do ano anterior.

TABELA II - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO	ANO		DESCRIÇÃO	ANO	
	2014	2015		2014	2015
RECEITAS CORRENTES [I]	7.580,6	8.009,2	DESPESAS CORRENTES [IV]	5.298,2	5.993,2
Receita Tributária	3.460,4	3.688,2	Pessoal e Encargos Sociais	3.326,2	3.719,3
Receita de Contribuições	893,0	972,7	Juros e Serviço da Dívida	212,0	175,4
Receita Patrimonial	264,6	285,3	Outras Despesas Correntes	1.760,0	2.098,6
Receita Industrial	1,7	2,0			
Receita de Serviços	83,9	101,2			
Transferências Correntes	2.564,5	2.592,9			
Outras Receitas Correntes	312,6	366,9			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE [I]-[IV]				2.282,4	2.015,9
RECEITAS DE CAPITAL [II]	357,3	821,2	DESPESAS DE CAPITAL [V]	480,2	967,1
Operações de Crédito	237,2	598,9	Investimentos	351,1	722,6
Alienação de Bens	0,2	1,5	Inversões Financeiras	21,3	112,3
Amortização de Empréstimos	40,9	27,8	Amortização da Dívida	107,8	132,3
Transferências de Capital	79,0	193,0			
Outras Receitas de Capital	-	-			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL [II]-[V]				(122,9)	(146,0)
RECETA TOTAL [III]=[I]+[II]	7.937,9	8.830,3	DESPESA TOTAL [VI]=[IV]+[V]	5.778,4	6.960,4
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO [III]-[VI]				2.159,5	1.870,0

Fonte : RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2014 E 2015.

Embora as receitas e despesas sejam analisadas com maior detalhe nas respectivas seções deste relatório, cabe mencionar os principais fatores que compõem a variação do resultado orçamentário.

Pelo lado da Receita Total, o crescimento de 11,2% decorreu basicamente da virtual estabilidade das Receitas Correntes (5,7%) e da forte elevação das Receitas de Capital (129,8%) - cujo destaque foram as Operações de Crédito atreladas ao extenso cronograma de investimentos da Prefeitura.

A elevação de 20,5% na Despesa Total Liquidada combinou 13,1% de crescimento nas Despesas Correntes com 101,4% de incremento nas Despesas de Capital.

No que se refere às Despesas Correntes, os motivos do crescimento ficaram por conta da variação de 11,8% na despesa com Pessoal e Encargos Sociais. Tanto em 2014 quanto em 2015 houve efeitos da implantação de planos de carreiras concedidos a algumas categorias do funcionalismo. Porém, enquanto que em 2015 o impacto se concentrou no primeiro quadrimestre, em 2014 o impacto se concentrou no segundo quadrimestre - distorcendo a base de comparação.

Além disso, houve a elevação de 19,2% nas Outras Despesas Correntes provenientes, principalmente, do crescimento de despesas com Organizações Sociais - serviços de terceiros prestados à Secretaria de Saúde (26,9%, equivalente a R\$ 191,5 milhões), e da COMLURB, decorrente do aumento de despesas com o Programa Gestão Sustentável de Limpeza Urbana (47,9%, equivalente a R\$ 82,9 milhões).

Cabe destacar, também, o incremento de 105,8% na despesa com Investimentos - decorrente do aumento do ritmo da liquidação das despesas com obras e instalações e com indenizações e restituições -, e de 427,7% na despesa com Inversões Financeiras devido ao aumento da despesa com constituição ou aumento de capital na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP (Porto Maravilha), ocorrida em razão do projeto Túnel da Praça XV.

II.2) RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é a diferença entre a Receita Primária (Receita Total deduzida das Receitas Financeiras) e a Despesa Primária (Despesa Total deduzida das Despesas Financeiras).

TABELA III - RESULTADO PRIMÁRIO

DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões		DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões	
	ANO			ANO	
	2014	2015		2014	2015
RECEITAS CORRENTES [I]	7.580,6	8.009,2	DESPESAS CORRENTES [VI]	5.298,2	5.993,2
Receita Tributária	3.460,4	3.688,2	Pessoal e Encargos Sociais	3.326,2	3.719,3
Receita de Contribuições	893,0	972,7	Juros e Serviço da Dívida	212,0	175,4
Receita Patrimonial	264,6	285,3	Outras Despesas Correntes	1.760,0	2.098,6
Receita Industrial	1,7	2,0			
Receita de Serviços	83,9	101,2	DESPESAS DE CAPITAL [VII]	480,2	967,1
Transferências Correntes	2.564,5	2.592,9	Investimentos	351,1	722,6
Outras Receitas Correntes	312,6	366,9	Inversões Financeiras	21,3	112,3
			Amortização da Dívida	107,8	132,3
RECEITAS DE CAPITAL [II]	357,3	821,2	DESPESA TOTAL [VIII]=[VI]+[VII]	5.778,4	6.960,4
Operações de Crédito	237,2	598,9	Juros e Encargos da Dívida	212,0	175,4
Alienação de Bens	0,2	1,5	Concessão de Empréstimos	0,1	0,0
Amortização de Empréstimos	40,9	27,8	Aquisição Títulos de Capital já Integralizado	-	-
Transferências de Capital	79,0	193,0	Amortização da Dívida	107,8	132,3
Outras Receitas de Capital	-	-	DESPESAS FINANCEIRAS [IX]	319,9	307,7
RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]	7.937,9	8.830,3	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL [X]=[VIII]-[IX]	5.458,5	6.652,7
Receitas de Valores Mobiliários	191,7	215,5			
Juros de Empréstimos	13,9	6,5			
Operações de Crédito	237,2	598,9			
Alienação de Bens	0,2	1,5			
Amortização de Empréstimos	40,9	27,8			
RECEITAS FINANCEIRAS [IV]	483,9	850,2			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL [V]=[III]-[IV]	7.454,0	7.980,2			

DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões	
	ANO	
	2014	2015
RESULTADO PRIMÁRIO [XI]=[V]-[X]	1.995,5	1.327,5

Fonte : RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2014 E 2015.
Despesas Liquidadas.

META FISCAL ANUAL	Em R\$ Milhões	
	ANO	
	2014	2015
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais	(2.564,9)	(2.526,5)

Fonte : Lei Nº 5.836 de 09/01/2015 (Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015).

O Resultado Primário do 1º quadrimestre de 2015 totalizou R\$ 1,3 bilhão, 33,5% inferior aos R\$ 2,0 bilhões apurados no mesmo período de 2014 - consequência, como anteriormente mencionado, da

elevação dos investimentos e inversões, de despesas com custeio e de aumentos salariais reais. O Resultado Primário mostra-se inferior ao Resultado Orçamentário uma vez que são expurgadas, conforme demonstrado na Tabela III, as receitas de natureza financeira - que apresentaram crescimento de 75,7%, com destaque para as operações de crédito.

II.3) RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal atingiu o montante negativo (superávit) de R\$ 1,4 bilhão, que representa um decréscimo de 13,7% no saldo da Dívida Fiscal Líquida em relação ao saldo apurado em 31 de dezembro de 2014, causado principalmente pelo efeito sazonal de aumento dos haveres financeiros por conta da arrecadação do IPTU em fevereiro.

TABELA IV - RESULTADO NOMINAL
31 DE DEZEMBRO DE 2014 X 30 DE ABRIL DE 2015

	Em R\$ Milhões			
	EM 31/12/2014 [A]	EM 30/04/2015 [B]	Var. Absol. [B]-[A]	Var. % [B]/[A]
DÍVIDA CONSOLIDADA	13.687,1	14.750,9	1.063,7	7,8%
(-) ATIVO DISPONÍVEL	4.443,0	5.316,6	873,6	19,7%
(-) HAVERES FINANCEIROS	359,2	347,4	(11,8)	-3,3%
(+) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Exceto Precatórios)	1.793,5	145,8	(1.647,6)	-91,9%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	10.678,4	9.232,7	(1.445,7)	-13,5%
PASSIVOS RECONHECIDOS	145,6	138,1	(7,5)	-5,1%
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	10.532,7	9.094,6	(1.438,2)	-13,7%
RESULTADO NOMINAL EM 30/04/2015			(1.438,2)	
META DE RESULTADO NOMINAL P/ O EXERCÍCIO 2015 (LOA 2015)			2.333,7	

Fonte : RREO - 1º E 2º BIMESTRES DE 2015.

Vale recordar que um resultado nominal positivo é considerado um déficit, isto é, um aumento do endividamento líquido do caixa e de haveres financeiros; enquanto que um resultado nominal negativo é considerado um superávit, ou seja, uma diminuição do endividamento líquido.

III) RECEITA MUNICIPAL

Esta seção apresenta os valores efetivamente arrecadados pelo Município no último quadrimestre (Tabela V).

TABELA V - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

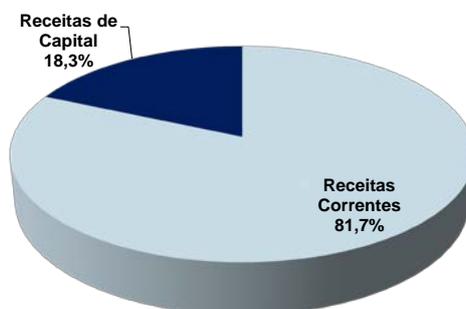
DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2014	2015	Var. Nominal	Var. %
RECEITAS CORRENTES	7.580,6	8.009,2	428,5	5,7%
Receita Tributária	3.460,4	3.688,2	227,8	6,6%
Receita de Contribuições	893,0	972,7	79,6	8,9%
Receita Patrimonial	264,6	285,3	20,7	7,8%
Receita Industrial	1,7	2,0	0,3	19,5%
Receita de Serviços	83,9	101,2	17,4	20,7%
Transferências Correntes	2.564,5	2.592,9	28,4	1,1%
Outras Receitas Correntes	312,6	366,9	54,2	17,3%
RECEITAS DE CAPITAL	357,3	821,2	463,9	129,8%
Operações de Crédito	237,2	598,9	361,7	152,5%
Alienação de Bens	0,2	1,5	1,3	705,1%
Amortização de Empréstimos	40,9	27,8	-13,2	-32,2%
Transferências de Capital	79,0	193,0	114,0	144,3%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITA TOTAL	7.937,9	8.830,3	892,4	11,2%

Fonte : RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2014 E 2015.

Composição da Receita Total

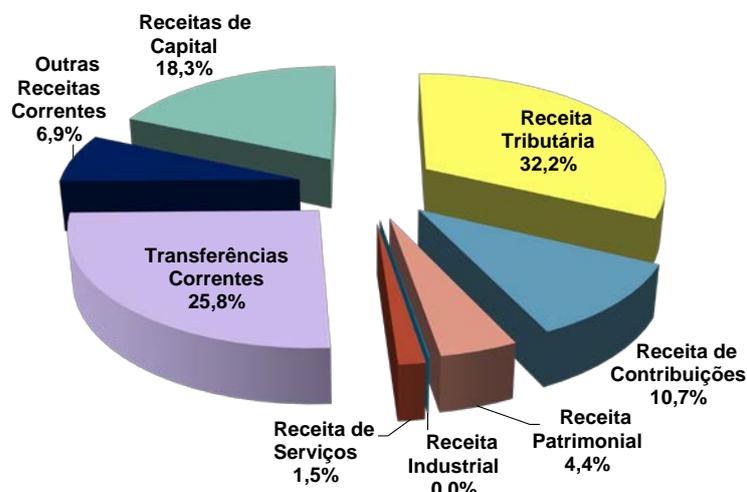
A Receita Total é composta por Receitas Correntes e Receitas de Capital. No Gráfico I, pode-se verificar a composição da Receita Total, considerando as estimativas de receitas da Lei Orçamentária 2015.

GRÁFICO I - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS NO EXERCÍCIO 2015
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O Gráfico II apresenta uma maior desagregação da Receita Total prevista na Lei Orçamentária de 2015. As maiores participações cabem às Receitas Tributárias e às Transferências Correntes, que juntas representam 58,0%.

GRÁFICO II - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM NO EXERCÍCIO 2015
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



III. 1) RECEITAS CORRENTES

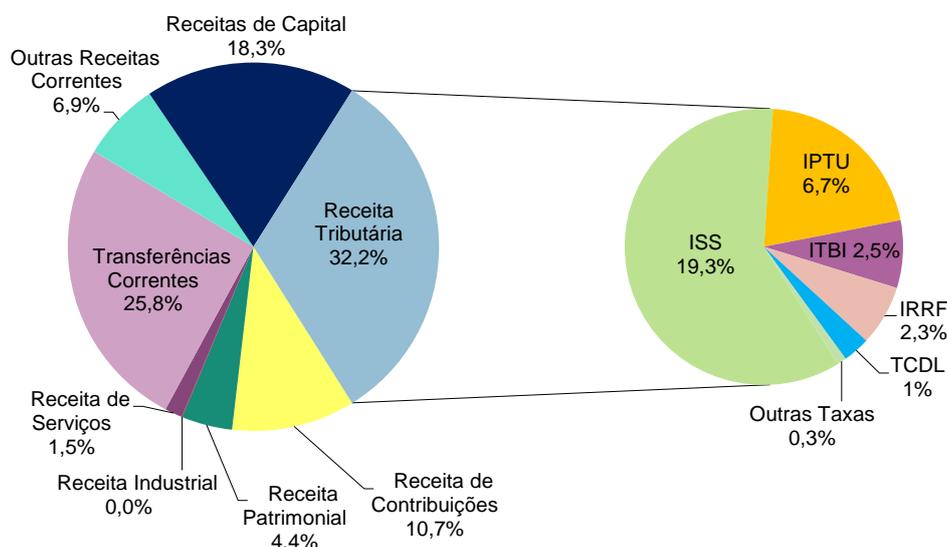
As Receitas Correntes, estimadas na LOA 2015 em R\$ 24,7 bilhões, compreendem a Receita Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, representando 81,7% da Receita Total.

As Receitas Correntes realizadas até o 1º quadrimestre de 2015 atingiram o montante de R\$ 8,0 bilhões frente aos R\$ 7,6 bilhões arrecadados no mesmo período de 2014 - uma variação de 5,7%.

III. 1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA

O Gráfico III desagrega a composição percentual da Receita Tributária.

GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2015 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



A tabela a seguir apresenta os valores dos componentes da Receita Tributária.

TABELA VI - RECEITA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Discriminação	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A		ABRIL	
	2014	2015	Var. Nominal	Var. %
Receita Tributária	3.460,4	3.688,2	227,8	6,6%
IPTU	1.166,4	1.209,2	42,9	3,7%
IRRF	169,0	199,6	30,6	18,1%
ITBI	220,1	199,9	(20,3)	-9,2%
ISS	1.680,9	1.843,3	162,4	9,7%
TCDL	189,2	198,5	9,3	4,9%
Outras Taxas	34,8	37,6	2,9	8,3%

Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

A arrecadação de ISS atingiu R\$ 1,8 bilhão contra R\$ 1,7 bilhão arrecadado no mesmo período de 2014, um crescimento de 9,7%, equivalente a R\$ 162,4 milhões. Um bom resultado, considerando o ajuste em curso na economia nacional.

III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

Nos primeiros quatro meses de 2015, o IPTU arrecadou R\$ 1,2 bilhão, um incremento de R\$ 42,9 milhões (3,7%). Importa destacar que, neste ano, contribuintes de maior volume financeiro do tributo trocaram a cota única por pagamento parcelado, fazendo com que a arrecadação seja mais distribuída ao longo do ano.

III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI

A arrecadação do ITBI atingiu R\$ 199,9 milhões, frente aos R\$ 220,1 milhões de 2014 (decréscimo de 9,2%). O ITBI é um imposto com alíquota de 2%, cobrada sobre o valor das transações imobiliárias e seu comportamento espelha, portanto, a dinâmica deste mercado. Assim, os sinais de desaceleração no crescimento dessa rubrica refletem um movimento de acomodação após anos de forte valorização no preço dos imóveis, bem como o ajuste em curso na economia brasileira.

III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

O IRRF arrecadou R\$ 199,6 milhões contra R\$ 169,0 milhões no mesmo período de 2014, uma variação de 18,1%, equivalente a R\$ 30,6 milhões. Essa receita compreende, principalmente, o

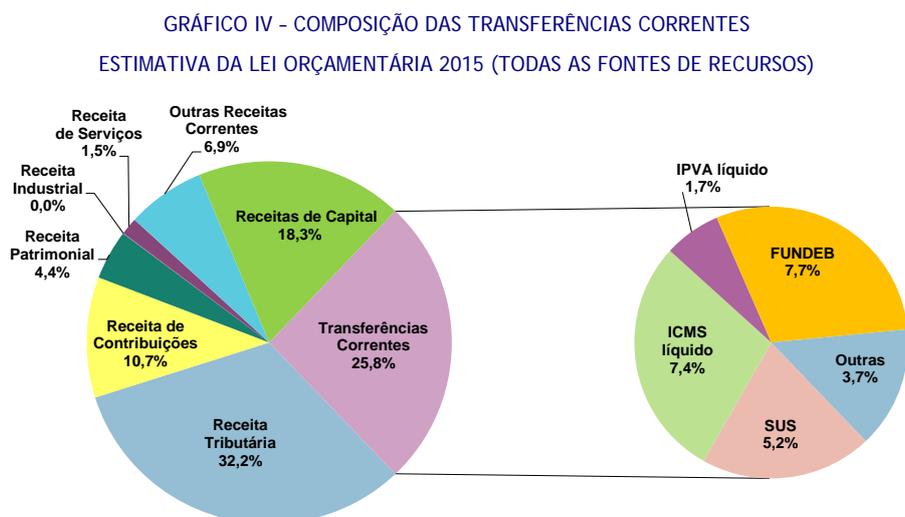
recolhimento de imposto de renda sobre a folha de pagamento mensal do Poder Executivo e sobre os bônus provenientes do Acordo de Resultados (Meritocracia)¹.

III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Maior participação na Receita Total depois da Receita Tributária, as Transferências Correntes contemplam os ingressos de recursos provenientes da União, do Estado e de convênios correntes, entre outros. A maior parte destas transferências é de natureza obrigatória (repartição constitucional de receitas tributárias entre os entes da federação), sendo as transferências de natureza voluntária (e.g. convênios) menos expressivas em termos de arrecadação.

No caso dos repasses de tributos federais e estaduais, o comportamento das parcelas repassadas ao Município relaciona-se com o movimento da atividade econômica refletida na arrecadação de tais entes (Estado do Rio de Janeiro e União), além de seus critérios específicos de repasse.

Cabe ressaltar que o Município do Rio de Janeiro mantém sua independência em virtude do nível de sua arrecadação própria, como se pode observar no Gráfico IV a seguir.



As Transferências Correntes totalizaram R\$ 2,6 bilhões até o 1º quadrimestre de 2015 - um crescimento de 1,1%, sustentado pelo desempenho positivo da arrecadação de IPVA e Salário Educação, contraposto ao decréscimo nas demais receitas.

¹ Contratos de gestão assinados entre os Secretários e o Prefeito, cujo pagamento ocorre no segundo quadrimestre.

TABELA VII - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Discriminação	VALORES CORRENTES			
	JANERO A		ABRIL	
	2014	2015	Var. Nominal	Var. %
Transferências Correntes	2.564,5	2.592,9	28,4	1,1%
Intergovernamentais	2.545,4	2.588,2	42,8	1,7%
FPM líquido	74,4	68,6	(5,8)	-7,8%
SUS	478,9	478,3	(0,5)	-0,1%
ICMS líquido	616,4	611,8	(4,6)	-0,7%
IPVA líquido	340,7	392,1	51,4	15,1%
IPI-EXP líquido	17,6	14,4	(3,2)	-18,2%
Royalties	76,7	69,9	(6,9)	-9,0%
FUNDEB	775,9	753,2	(22,7)	-2,9%
Salário-Educação	129,1	171,1	42,0	32,5%
Outras	35,7	28,8	(6,9)	-19,3%
Instituições Privadas	-	-	-	-
Convênios	19,0	4,7	(14,4)	-75,4%

Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

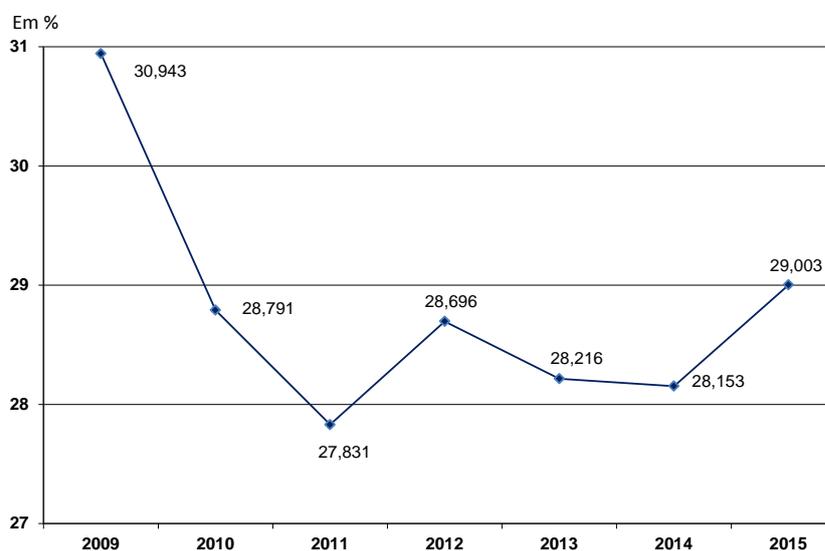
A seguir, alguns comentários.

- **FPM** – A arrecadação do FPM - transferência da União composta por recursos do IPI e do Imposto de Renda - líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, atingiu R\$ 68,6 milhões, contra R\$ 74,4 milhões arrecadados no mesmo período de 2014 (variação negativa de 7,8%). A queda acompanha o desempenho negativo da arrecadação federal.
- **SUS** – A transferência de recursos do SUS está relacionada aos valores determinados pelo Ministério da Saúde para as diferentes especialidades, sendo ainda influenciada pelo número de leitos oferecidos pela rede municipal de hospitais, clínicas da família e UPAs. A arrecadação do SUS de R\$ 478,3 milhões no 1º quadrimestre de 2015 apresentou recuo de 0,1% (R\$ 536,2 mil).
- **ICMS** – A arrecadação da transferência estadual do ICMS, líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, alcançou R\$ 611,8 milhões, contra R\$ 616,4 milhões no mesmo período de 2014 (decréscimo de 0,7%).

Vale a pena comentar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro calcula, anualmente, o IPM (Índice de Participação do Município) para apurar o valor de repasse dos 25% da arrecadação do ICMS que caberão aos municípios fluminenses².

² Decreto Nº 45.095 de 23/12/2014.

GRÁFICO V - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
2009 A 2015



- **IPVA** – A transferência estadual do IPVA, líquida da participação do Município para formação do FUNDEB, atingiu R\$ 392,1 milhões contra R\$ 340,7 milhões no primeiro quadrimestre de 2014, em um crescimento de 15,1%.
- **ROYALTIES DO PETRÓLEO** – A transferência de Royalties do Petróleo atingiu R\$ 69,9 milhões, frente aos R\$ 76,7 milhões no 1º quadrimestre de 2014 (decréscimo de 9,0%). Cabe mencionar que a transferência de royalties do petróleo ao Município é função de fatores externos como a trajetória de preços do barril de petróleo, a taxa de câmbio e a produção física nos campos de extração em que o Município recebe tal participação, entre outros.
- **FUNDEB** – A receita de transferência do FUNDEB atingiu R\$ 753,2 milhões contra R\$ 775,9 milhões no primeiro quadrimestre de 2014 (reco de 2,9%). Compõem a base do Fundo as cotas-partes das transferências do FPM, ICMS, IPVA, IPI-Ex, Desoneração do ICMS nas Exportações – LC 87/96 (Lei Kandir), ITR, ITCM e FPE, sendo que mais de 80% da composição do FUNDEB se deve à cota-parte do ICMS.
- **SALÁRIO EDUCAÇÃO** – A arrecadação da transferência do Salário Educação atingiu R\$ 171,1 milhões frente aos R\$ 129,1 milhões no primeiro quadrimestre de 2014 (aumento de 32,5%). Vale a pena mencionar que uma parcela de 2014 só foi transferida para o Município em janeiro de 2015, contribuindo para o aumento da arrecadação quando comparada com os ingressos no mesmo período do ano anterior.

III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES

III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Nos quatro primeiros meses de 2015 a Receita de Contribuições atingiu R\$ 972,7 milhões, superior em 8,9% aos R\$ 893,0 milhões arrecadados no mesmo período de 2014. Esta receita é composta por:

- **Contribuições Sociais** – Compreendem a Contribuição dos Servidores (alíquota de 11%) para o custeio do seu sistema próprio de previdência, a Contribuição Patronal (alíquota de 22%), a Contribuição Patronal Suplementar (lei 5.300/2011) e os recursos aportados pelo Tesouro Municipal e pelos servidores para a formação do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor - FASS. Esta receita atingiu R\$ 878,6 milhões, superior em 8,8% aos R\$ 807,4 milhões do mesmo período de 2014.
- **Contribuições Econômicas** – Compreendem a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), instituída pela Lei Nº 5.132 de 21 de dezembro de 2009, cobrada pela concessionária de distribuição de energia elétrica com base no consumo e repassada mensalmente ao Município. Foram arrecadados R\$ 94,1 milhões, um crescimento de 9,8% sobre os R\$ 85,7 milhões arrecadados no mesmo período de 2014.

III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 285,3 milhões até o primeiro quadrimestre de 2015, frente aos R\$ 264,6 milhões realizados no mesmo período do ano anterior, um aumento de 7,8%. Esta receita é composta por:

- **Receitas de Valores Mobiliários** - Correspondem aos rendimentos de aplicações das disponibilidades. Houve ingresso de R\$ 215,5 milhões contra R\$ 191,7 milhões no mesmo período do ano anterior (acréscimo de 12,4%).

Esse resultado é fruto do aumento da taxa SELIC e dos saldos aplicados entre os períodos comparados. A média da taxa SELIC no 1º quadrimestre de 2015 (12,3% a.a.) foi consideravelmente maior do que a do mesmo período de 2014 (10,5% a.a.), no contexto da Política anti-inflacionária do Banco Central. Registre-se, ainda, que houve um aumento do caixa médio aplicado dos Recursos do Tesouro Municipal (8,5%), relacionado à execução das despesas realizadas pelo Município.

- **Outras Receitas Patrimoniais** - Compostas por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões, etc., estas receitas diminuíram de R\$ 72,9 milhões para R\$ 69,8 milhões em 2015 (decréscimo de 4,3%).

III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

As Receitas Industrial e de Serviços compreendem, majoritariamente, recursos diretamente arrecadados pela administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Juntas perfizeram R\$ 103,2 milhões no primeiro quadrimestre de 2015, enquanto que no mesmo período do ano anterior a arrecadação foi de R\$ 85,5 milhões (aumento de 20,7%). A maior parte destas receitas é de natureza intraorçamentária, ou seja, como valores pagos entre órgãos da Prefeitura pelo Tesouro Municipal pela prestação de serviços da administração indireta em unidades municipais (EX.: limpeza feita em escolas e unidades de saúde; serviços realizados pela imprensa oficial, entre outros).

III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

No 1º quadrimestre de 2015, foram arrecadados R\$ 366,9 milhões - valor 17,3% maior do que o arrecadado em 2014 (Tabela VIII).

TABELA VIII - OUTRAS RECEITAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Discriminação	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A		ABRIL	
	2014	2015	Var. Nominal	Var. %
Outras Receitas Correntes	312,6	366,9	54,2	17,3%
Multas e Juros de Mora	127,6	155,5	28,0	21,9%
Indenizações e Restituições	17,1	70,5	53,5	313,4%
Dívida Ativa	85,0	70,7	(14,3)	-16,8%
Receitas Diversas	83,0	70,1	(12,9)	-15,6%

Fonte : FINCON/CGM.

Cabe ressaltar que no exercício atual, o desempenho de Outras Receitas Correntes foi impactado, principalmente, pelo aumento na arrecadação de Indenizações e Restituições.

- **Multas e Juros de Mora** - Este grupo inclui multas e moras sobre débitos em fase administrativa (SMF) e também em fase de cobrança de dívida ativa pela Procuradoria Geral do Município. Importa destacar o acréscimo da arrecadação de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU que aumentou de R\$ 34,9 milhões para R\$ 43,4 milhões e os ingressos de Multas de Trânsito (origem não tributária) que arrecadaram R\$ 60,2 milhões frente aos R\$ 47,3 milhões do mesmo período do exercício anterior;
- **Indenizações e Restituições** - Este grupo arrecadou R\$ 70,5 milhões contra os R\$ 17,1 milhões do ano passado (313,4%). O principal motivo para este aumento foi a receita de Compensação Previdenciária do FUNPREVI (repassada majoritariamente pelo INSS por conta da incorporação

de ex-funcionários federais ao regime municipal), que arrecadou R\$ 61,2 milhões frente aos R\$ 12,3 milhões de 2014.

- **Dívida Ativa** - Foram arrecadados R\$ 70,7 milhões frente a R\$ 85,0 milhões no ano anterior, recuo de 16,8%. Destaque-se que esta rubrica não inclui as multas e juros de mora cobrados juntamente com o principal de débitos já inscritos em dívida ativa.
- **Receitas Diversas** - Foram arrecadados R\$ 70,1 milhões contra R\$ 83,0 milhões (redução de 15,6%). Pode-se ressaltar como principal responsável por esta redução o desempenho da Contrapartida em Regularização de Obras do Fundo Municipal de Habitação (decrécimo de R\$ 16,6 milhões), que tem se reduzido paulatinamente à medida que são concluídos os pagamentos dos pedidos de regularização cobertos pela Lei Complementar 99/2009.

III.2) RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital (Tabela V) realizadas no primeiro quadrimestre de 2015 atingiram R\$ 821,2 milhões contra R\$ 357,3 milhões no mesmo período de 2014 (crescimento de 129,8%). Elas compreendem as receitas de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.

III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Operações de Crédito atingiram R\$ 598,9 milhões, um crescimento de 152,5% em relação aos R\$ 237,2 milhões do mesmo período de 2014. Neste grupo de Receitas destaca-se o ingresso de R\$ 568,7 milhões referentes à operação de crédito firmada com o BNDES para Melhoria da Infraestrutura de Mobilidade Urbana.

III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS

A receita de Alienação de Bens foi de R\$ 1,5 milhão, 705,1% acima dos R\$ 187,5 mil arrecadados no primeiro quadrimestre de 2014.

III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A receita de Amortização de Empréstimos foi de R\$ 27,8 milhões - 32,2% abaixo dos R\$ 40,9 milhões arrecadados no mesmo período de 2014. Essas receitas referem-se predominantemente a recursos do Previ-Rio provenientes do retorno de empréstimos de financiamentos imobiliários concedidos a servidores.

III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

O montante arrecadado foi de R\$ 193,0 milhões, ficando 144,3% acima dos R\$ 79,0 milhões arrecadados no mesmo período do ano anterior. São basicamente recursos provenientes de transferências federais, previstas na rubrica Convênios, onde se destacam os ingressos dos Convênios do PAC para o Parque Olímpico da Barra, que totalizaram R\$ 98,6 milhões, e de R\$ 61,0 milhões para o Complexo Esportivo de Deodoro.

IV) DESPESA MUNICIPAL

IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

A Tabela abaixo apresenta a execução orçamentária do 1º quadrimestre de 2015, e o gráfico seguinte mostra a participação de cada grupo de despesa no total liquidado neste período.

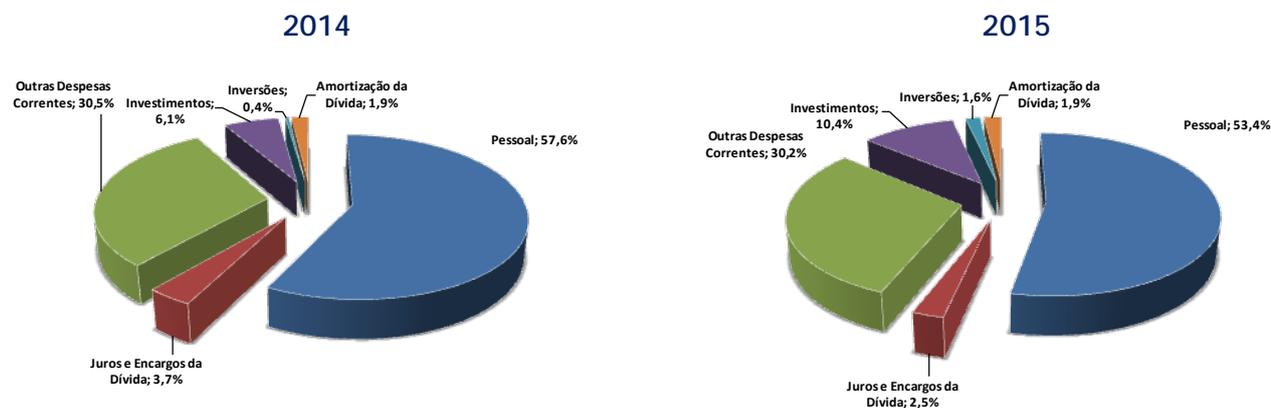
TABELA IX - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA 1º QUADRIMESTRE DE 2014 E 2015 (FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupo de Despesas	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE			
		2014	2015	Var. Nominal	Var. %
		(A)	(B)	B-A	(B)/(A)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	3.326,2	3.719,3	393,1	11,8%
	Juros e Encargos da Dívida	212,0	175,4	(36,6)	-17,3%
	Outras Despesas Correntes	1.760,0	2.098,6	338,5	19,2%
Despesas Correntes		5.298,2	5.993,2	695,0	13,1%
Despesas de Capital	Investimentos	351,1	722,6	371,5	105,8%
	Inversões	21,3	112,3	91,0	427,7%
	Amortização da Dívida	107,8	132,3	24,5	22,7%
Despesas de Capital		480,2	967,1	487,0	101,4%
TOTAL GERAL		5.778,4	6.960,4	1.182,0	20,5%

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

GRÁFICO VI - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO DE DESPESA NO TOTAL LIQUIDADO NO 1º QUADRIMESTRE (FONTES DE RECURSOS)



Pelos dados apresentados na Tabela IX, verifica-se que o valor total liquidado no 1º quadrimestre de 2015 foi de R\$ 7, 0 bilhões e representa 20,5% acima do valor total liquidado no mesmo período de 2014.

Como frisado anteriormente, o aumento de R\$ 1,2 bilhão no total liquidado ocorreu, principalmente, em razão do aumento nos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos.

Já em relação aos Juros e Encargos da Dívida, tais despesas apresentam uma redução de 17,3% em relação ao ano de 2014. Esta redução decorre do acordo judicial firmado em 2015 com a União para a regulamentação da Lei Complementar 148/2014 - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Pela tabela a seguir, verifica-se que as áreas de Educação, Saúde, Previdência e Urbanismo representam, ao final do 1º quadrimestre de 2015, 70% das despesas orçamentárias. As outras funções que apresentaram participações expressivas na composição dos gastos foram: Administração com 9,4% e Encargos Especiais com 5,2%. Estas seis funções totalizaram 84,7% dos gastos do Município.

TABELA X - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO
1º QUADRIMESTRE DE 2015 - (FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões		
Função		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE 2015		
	Liquidado	Composição
ADMINISTRAÇÃO	657,2	9,4%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	245,9	3,5%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2,7	0,0%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	24,5	0,4%
CULTURA	36,8	0,5%
DESPORTO E LAZER	90,7	1,3%
DIREITOS DA CIDADANIA	1,2	0,0%
EDUCAÇÃO	1.416,7	20,4%
ENCARGOS ESPECIAIS	361,1	5,2%
GESTÃO AMBIENTAL	30,7	0,4%
HABITAÇÃO	43,4	0,6%
INDÚSTRIA	1,9	0,0%
JUDICIÁRIA	28,0	0,4%
LEGISLATIVA	186,7	2,7%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.036,1	14,9%
SANEAMENTO	176,6	2,5%
SAÚDE	1.333,5	19,2%
SEGURANÇA PÚBLICA	135,5	1,9%
TRABALHO	2,2	0,0%
TRANSPORTE	61,2	0,9%
URBANISMO	1.087,6	15,6%
Total geral	6.960,4	100,0%

Ressaltamos que a abertura das despesas acima não guarda relação direta com a aplicação dos preceitos constitucionais de aplicação obrigatória de recursos em Educação (25%) e Saúde (15%), cujos cálculos baseiam-se na comparação de gastos nestas áreas com rubricas específicas de Receitas, não refletidos nesta Tabela.

V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS

V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE

Não ocorreram novas contratações de operações, sejam de crédito ou de repasse, no primeiro quadrimestre de 2015. No entanto, pode-se observar um forte impulso no ritmo de execução e gastos dos projetos em andamento.

Os primeiros meses de um novo exercício financeiro são caracterizados, em geral, por um período de baixa performance, seja pelo impacto de desaceleração dos serviços, decorrente do período de férias ou pelos processos administrativos de abertura orçamentária e reempenhamento das despesas.

Neste quadrimestre, a Prefeitura do Rio, contrariamente à tendência descrita, apresentou inflexão positiva nos dispêndios com projetos de investimento. Como pode ser observado na tabela a seguir, as despesas alcançaram valores da ordem de R\$ 869 milhões, o que representa um acréscimo de 515% em relação ao mesmo período de 2014. As obras de mobilidade urbana - notadamente o BRT Transolímpica, o Elevado das Bandeiras, o Túnel do Porto Maravilha e a implantação das Arenas Olímpicas -, foram as grandes responsáveis pela expressa elevação.

TABELA XI - TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ANDAMENTO

		USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO			Em R\$ mil
Modalidade		PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Repasse	PAC I - OGU 2007/08/09	93.173	496.048	589.221	1.477	7.070	8.547	82.215	461.808	544.023	
	PAC II - OGU 2011/12/13/14	113.100	2.827.700	2.940.800	945	261.962	262.907	83.715	612.508	696.224	
		206.273	3.323.748	3.530.021	2.422	269.032	271.454	165.930	1.074.316	1.240.247	
Empréstimo	PAC FGTS - CEF	329.324	995.848	1.325.172	1.551	6.337	7.888	226.744	596.259	823.003	
	PAC MOBILIDADE	1.055.632	5.491.389	6.547.021	104.077	461.352	565.429	709.572	2.621.974	3.331.546	
	PROAP III - BID *	448.950	448.950	897.900	2.852	21.586	24.438	111.495	51.773	163.268	
	RIO DE EXCELÊNCIA - BIRD *	48.487	48.487	96.974	0	0	0	0	0	0	0
		1.882.393	6.984.674	8.867.067	108.479	489.276	597.755	1.047.811	3.270.006	4.317.817	
	TOTAL	2.088.666	10.308.422	12.397.088	110.901	758.307	869.209	1.213.741	4.344.322	5.558.064	

* PTAX 2,99 (30/04/2015)

Fonte: F/STM/ACR.

As tabelas com os detalhes da destinação dos recursos encontram-se em anexo ao final deste documento.

VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA

VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA

O Tesouro Municipal mantém aplicação financeira do caixa da Administração Direta em ativos de baixo risco de crédito, principalmente através de fundos de investimentos exclusivos, títulos públicos federais - neste caso apenas por meio de operações compromissadas neles lastreadas e Certificados de Depósito Bancário (CDB) da Caixa Econômica Federal (CEF). Por fim, são mantidos, ainda, depósitos em poupança em bancos públicos federais para alguns casos de recursos transferidos de outros entes (Estado e União) em que há aplicação obrigatória nesta modalidade. A política de investimentos do Município está normatizada por meio da Resolução SMF nº 2.672/2011.

Os recursos financeiros das empresas, autarquias e fundações com tesouraria própria são administrados pelas Diretorias Financeiras de cada entidade, sendo determinada a aplicação nos fundos de investimentos utilizados pelo Tesouro Municipal ou em produtos de mesmo risco de crédito. Por seu turno, as entidades administradas pelo Previ-Rio (incluindo Funprevi e FASS) possuem política de investimento própria, aprovada pelo seu Conselho de Administração, dada a especificidade do setor previdenciário, que possui regulamentação específica e previsão de independência da gestão em relação ao patrocinador.

O total de receita financeira apurada pelo Município neste 1º quadrimestre de 2015 foi de R\$ 215,5 milhões (12,4% maior do que em 2014), sendo R\$ 183,2 milhões (20,9% maior do que em 2014) apurados pela Administração Direta e R\$ 32,3 milhões pela Administração Indireta (incluindo R\$ 28,7 milhões das entidades previdenciárias).

A carteira total de ativos do Tesouro, excetuando as aplicações em poupança, que está concentrada em ativos de curto prazo, apresentou uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,89% da SELIC de Janeiro a Abril de 2015 e saldo médio aplicado de R\$ 4,3 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2014 o desempenho foi de 99,80% da SELIC com saldo médio de R\$ 4,0 bilhões.

Os fundos de investimentos exclusivos, administrados por instituições oficiais líderes no mercado de administração de recursos, tiveram uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,86% da SELIC, enquanto que no mesmo período de 2014 foi de 99,78% da SELIC. Ressalta-se que os saldos médios no período de Janeiro a Abril de 2015 foi de R\$ 4,1 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2014 foi de R\$ 3,7 bilhões, representando um aumento de 10,5%. Considerando que esses fundos exclusivos possuem taxa de administração escalonada de acordo com o patrimônio do fundo, quanto maior o saldo aplicado menor a taxa de administração, este aumento contribuiu para o melhor desempenho do fundo.

O Tesouro Municipal mantém aplicações em CDB da CEF com liquidez diária e rentabilidade escalonada conforme prazo aplicado, tendo neste 1º quadrimestre de 2015 uma rentabilidade média de 100,54% da SELIC, e saldo médio de R\$ 253,1 Milhões (de 11/02/15 a 30/04/15), enquanto que em 2014 foi de 100,12% da SELIC e saldo médio de R\$ 30,0 Milhões (de 24/04/14 a 30/04/14).

A média da taxa SELIC neste 1º quadrimestre (12,31% a.a.) foi consideravelmente maior do que o 1º quadrimestre de 2014 (10,52% a.a.), dada a política anti-inflacionária do Governo Federal.

Ressalta-se ainda a gestão ativa na composição da carteira, aproveitando oportunidades eventuais e minimizando o impacto das condições adversas de mercado.

VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA

A dívida bruta financeira atingiu R\$ 13,7 bilhões, distribuídos pelos credores abaixo:

TABELA XII - ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA FINANCEIRA

Credor	Saldo em R\$ Mil (30/04/2015)	Encargos Médios Anuais (1)	Último vencimento
União em R\$ (1 contrato)	6.260.722	IGP-DI + 6,01%	2029
Banco Mundial (1 contrato)	3.109.164	US\$ + 3,62%	2040
BNDES (3 contratos)	2.737.390	TJLP + 1,47%	2031
BNDES (1 contrato)	123.841	IPCA + 1,10%	2024
CEF (53 contratos)	670.514	UPR + 8,31%	2034
União em US\$ (2 contratos)	73.899	US\$ + 4,22%	2024
CEF/União em US\$ (1 contrato)	65.392	US\$ + 5,40%	2029
BID (4 contratos)	605.734	US\$ + 4,41%	2037
Eletrobrás (1 contrato-Reluz)	6.822	IPCA-E + 9,50%	2015
Total (67 contratos)	13.653.477	Taxa de Juros Média = 4,54%	Duration Média = 7 anos

(1) Os Encargos Médios incluem os indexadores nominais, taxa de juros, comissões e encargos de risco de crédito.

Foram recebidos no 1º quadrimestre de 2015 recursos de operações de crédito no montante de R\$ 598,9 milhões, sendo aproximadamente R\$ 568,7 milhões de operações internas contratadas junto ao BNDES (Transporte) e R\$ 30,2 milhões da CEF (Saneamento para Todos, Pró-Moradia, TransBrasil, PNAFM).

Ao longo dos próximos exercícios ocorrerão liberações complementares dos financiamentos já assinados na data deste relatório, num montante total aproximado de R\$ 3,5 bilhões - a serem agregados ao montante da dívida bruta financeira. Este montante inclui saldos a receber para as obras de urbanização popular, de macro-drenagem e saneamento de Jacarepaguá e Santa Cruz e dragagem de rios (Rio Joana) na região do Maracanã (CEF - total de R\$ 419 milhões); US\$ 122,0 milhões do Programa de Urbanização apoiado pelo contrato do BID; R\$ 1,1 bilhão para o corredor

de transportes TransBrasil do financiamento com a CEF; Programa Pró-Transporte (CEF - R\$ 500 milhões); R\$ 1 bilhão do Programa Estruturador de Transporte Urbano do contrato assinado com o BNDES em maio/2014 (já liberados até abr-2015 R\$ 1,7 bilhões) e US\$ 16,2 milhões do Projeto Rio de Excelência assinado em agosto corrente com o BIRD. O perfil financeiro de todas estas novas operações prevê vencimentos de longo prazo, com pagamentos periódicos e taxas de juros vantajosas em relação ao mercado nacional, evitando concentrações de dispêndios.

A economia de gastos com o empréstimo com o Banco Mundial, concluído em 2011 e que permitiu a redução nos juros pagos à União, já totaliza R\$ 1,4 bilhão desde o desembolso da primeira parcela pelo Banco, ocorrido em agosto de 2010.

Todos os indicadores de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da MP 2185-35 (que rege as renegociações de dívidas dos municípios com a União) apresentaram expressiva melhora desde o início da atual Administração em 2009. Conforme demonstrado pela tabela abaixo, o Município cumpre com folga os limites de endividamento da LRF e da MP 2185-35.

TABELA XIII - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Ato	Indicador	Limite	MRJ 2008	MRJ 2014	MRJ abr-2015
Resolução Senado 40/2001	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	58% / 79%(*)	57,51%	48,96%
Resolução Senado 43/2001	Média do serviço anual da dívida até 2027 / RCL anual	11,5%	10,49%	6,89%	7,24%
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total / Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	118%	90%	95%

OBS: Os valores apresentados no contrato de dívida com a União consideravam juros anuais de 9,0% acima do IGP-DI até 2009, patamar efetivamente cobrado ao Município pelo Tesouro Nacional até 2010. A partir de agosto de 2010, tal taxa de juros foi reduzida para 7,5% em virtude do pré-pagamento parcial realizado pelo Município com recursos do Banco Mundial e as ações judiciais à época existentes (iniciadas em exercícios anteriores), com pleito de redução de tais juros para 6,0% ao ano, foram encerradas. Em novembro de 2011, o recebimento da segunda parcela do Banco Mundial acarretou nova amortização junto à União e a taxa de juros passou a ser, definitivamente, de 6,0%.

(*) Em 2008, o limite foi computado como 58%, mas utilizando-se o total de Disponibilidades de Caixa e Haveres Financeiros do Regime Previdenciário como parte do Caixa Total da PCRJ que abate a Dívida. Essa prática não é mais realizada no MRJ. Assim, o número de dez/08 para fins de comparação com os períodos mais recentes deve ser interpretado como 79%.

Em relação à dívida com a União, a Lei Complementar 148 de 25/11/2014 afeta diretamente a dívida do MRJ contraída ao amparo da MP 2185-35/2001, cujo saldo devedor sem os efeitos da citada Lei totalizaria R\$ 6,2 bilhões ao custo atual de IGP-DI + 6,0%. O Artigo 3º da citada Lei prevê desconto nessa dívida, correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1 de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa SELIC desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período. Nesse caso, a dívida carioca seria recalculada para R\$ 1,2 bilhão em 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, as novas condições financeiras previstas no Artigo 2º da referida Lei (IPCA + 4% ao ano) devem retroagir a 1º de janeiro de 2013, aplicadas a esse saldo recalculado de R\$ 1,2 bilhão. Comparando as prestações efetivamente pagas de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015 (entre R\$ 50 e 55 milhões por mês) com aquelas que seriam pagas nas condições desta nova Lei (cerca de R\$ 9 milhões por mês), acumulam-se 26 meses de pagamentos a maior, gerando um abatimento adicional da dívida pelo MRJ. Assim, o saldo devedor em março de 2015 passa a ser de apenas R\$ 29 milhões. Esse saldo de R\$ 29 milhões foi quitado por meio de depósito judicial, seguido de acordo judicial assinado com a União em 31 de março de 2015, por meio do qual a Cidade depositará em juízo a parcela original da dívida sem os efeitos da LC 148/2014 (cerca de R\$ 55 milhões por mês) até fevereiro de 2016, prazo limite para a União regulamentar a Lei e concluir a formalização dos benefícios para a dívida municipal. Esses depósitos mensais são realizados em uma conta na CEF, não sendo objeto de execução orçamentária da despesa, registrados como aplicação financeira extra-orçamentária.

A tabela a seguir apresenta os ratings atualmente conferidos pelas três principais agências internacionais de classificação de risco para o governo federal e para os governos subnacionais do país. Verifica-se que a Cidade do Rio não só possui o *Grau de Investimento* em todas elas, como é o único governo que tem classificação de risco superior à da União, como é o caso da Standard & Poor's.

TABELA XIV - RATINGS DE GOVERNOS NO BRASIL (ESCALA INTERNACIONAL) - JUNHO DE 2015

FITCH	MOODY'S	STANDARD AND POOR'S
BBB: União, Município do Rio, Est. SP	Baa2: União, Município do Rio, Estado SP	BBB: Município do Rio
BBB-: Estados do Rio, PR, SC	Baa3: Belo Horizonte, Estados de MG, PR	BBB-: União, Estados SP, MG, SC
BB+: Estado do Maranhão	Ba1: Estado do Maranhão	BB+: Estados RJ e PR

Fonte: *Websites* das respectivas agências. Os níveis mínimos para classificação de Grau de Investimento são BBB- (Fitch e Standard and Poor's) e Baa3 (Moody's).

VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Superintendência de Patrimônio Imobiliário, atualmente vinculada à Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas, realiza a administração do patrimônio imobiliário da administração direta (não incluindo os imóveis do FUNPREVI e PREVIRIO)³, sendo responsável pela cobrança das receitas provenientes de sua utilização, bem como pela seleção e promoção das alienações autorizadas em leis específicas.

Importantes iniciativas de modernização desta gestão, financiadas com recursos do PMAT III (BNDES), foram concluídas, destacando-se um recadastramento completo dos imóveis municipais e um novo sistema de gestão patrimonial, que trarão benefícios relevantes para esta área.

³ Os valores reportados nas tabelas deste relatório se referem ao total patrimônio imobiliário do Município.

Em termos da arrecadação no 1º quadrimestre de 2015, os principais destaques são:

Alienações de Bens – Receita obtida com a venda de imóveis e investidas. A arrecadação atingida, na administração direta, foi de R\$ 911,3 mil. Foi aprovado na Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 1.115/2015 que autoriza a venda de 8 novos imóveis.

Outras Receitas Patrimoniais – Grupo composto por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões de uso, etc. A arrecadação, na administração direta, atingiu o montante de R\$ 53,3 milhões, o que representa uma variação real de -0,74% sobre o mesmo período de 2014. Tal variação se deve principalmente à perda da arrecadação, de aproximadamente R\$ 1,4 milhão mensais com a permissão de uso para a Companhia Distribuidora de Gás Do Rio De Janeiro pela utilização de área de subsolo para canalização de gás, em face de decisão judicial, totalizado aproximadamente R\$ 5,8 milhões de perda somente no período de janeiro a abril. Caso não houvesse ocorrido essa perda, a arrecadação deste grupo teria atingido um crescimento real de 1,5% no período.

Em relação à arrecadação total, houve incremento real de 0,88% sobre o mesmo período do exercício anterior.

VIII) CONCLUSÃO

O panorama fiscal do primeiro quadrimestre de 2015 continua evidenciando uma das grandes preocupações da Prefeitura: a infraestrutura urbana e o objetivo de fazer com que os jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 deixem um legado permanente para a Cidade. Uma das expressões deste objetivo está consubstanciada na manutenção do vigoroso ciclo de investimentos realizado pela Prefeitura. É importante destacar também que o Município não realiza apenas investimentos com seu orçamento próprio. Ele tem também papel fundamental na mobilização do setor privado - seja por meio de Parcerias Público-Privadas, seja oferecendo um ambiente amigável para que o setor privado desenvolva sozinho suas atividades, como é o caso da Rio-Negócios⁴.

O orçamento público reflete o que foi dito no parágrafo acima através do forte crescimento das rubricas “Investimentos” e “Operações de Crédito”, que se materializam, por exemplo, através do BRT Transolímpica, do Elevado das Bandeiras, do Túnel do Porto Maravilha e da implantação das Arenas Olímpicas.

Finalmente, nunca é demais repetir que uma decorrência natural do esforço de equilibrar elevados investimentos, melhoria contínua da oferta de serviços públicos e saúde das finanças públicas é a manutenção da avaliação extremamente positiva de todas as grandes agências de classificação de risco de crédito (rating) - Moody's, Fitch e Standard & Poor's -, que seguem nos conferindo,

⁴ Agência de promoção de investimentos do Rio de Janeiro: <http://rio-negocios.com/>.

simultaneamente, o *Grau de Investimento*. Ainda é importante repetir que pela primeira vez na história do país, e evento raro no mundo, o rating de um governo local supera o rating federal, como é o caso da nota que nos é conferida pela Standard & Poor's.

ANEXO

Tabela I - PAC I e II

Em R\$ mil										
PAC I - OGU CEF 2007/2008/2009	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO			
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
<i>Urbanização de Áreas</i>										
Complexo da Tijuca	13.397	56.695	70.092	0	0	0	12.891	54.499	67.391	
Colônia Juliano Moreira	27.159	82.000	109.159	1.448	6.684	8.132	23.099	77.300	100.399	
SOEICON/Centro I/II	5.308	10.511	15.819	0	0	0	3.133	9.533	12.665	
Complexo de Manguinhos	15.125	83.120	98.245	0	58	58	15.110	80.977	96.086	
Complexo do Alemão	18.186	93.297	111.484	29	257	286	17.884	88.476	106.360	
Vila Catiri - FNHIS	768	3.327	4.095	0	23	23	627	2.921	3.548	
Fazenda Coqueiros-FNHIS	300	3.452	3.752	0	0	0	177	2.040	2.218	
Tijuca -FNHIS	3.908	25.868	29.776	0	48	48	2.099	16.228	18.327	
SUB-TOTAL Urbanização de Áreas	84.151	358.270	442.421	1.477	7.070	8.547	75.020	331.974	406.994	
<i>Saneamento</i>										
Sepetiba	2.508	13.992	16.500	0	0	0	2.508	13.992	16.500	
Lote 1A Jacarepaguá	6.515	123.785	130.300	0	0	0	4.687	115.842	120.528	
SUB-TOTAL Saneamento	9.023	137.777	146.800	0	0	0	7.194	129.834	137.029	
TOTAL PAC I - OGU	93.173	496.048	589.221	1.477	7.070	8.547	82.215	461.808	544.023	

Em R\$ mil										
PAC II - OGU CEF 2011/2012/2013/2014	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO			
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Canal Mangue/Trapicheiro	22.675	141.720	164.395	0	0	0	11.106	15.826	26.932	
Contenção Encostas 2011	1.870	71.541	73.411	0	3.425	3.425	0	57.197	57.197	
Morro da Providência	34.293	87.920	122.213	0	0	0	34.919	48.256	83.175	
Chapadão/Chico Mendes	54.262	43.671	97.933	945	0	945	37.690	22.183	59.874	
Cont. Encostas Centro/Tijuca 2012	0	96.474	96.474	0	273	273	0	273	273	
Cont. Encostas Zona Norte 2012	0	123.756	123.756	0	42	42	0	42	42	
Cont. Encostas Alemão/Penha 2012	0	83.490	83.490	0	6.940	6.940	0	8.333	8.333	
Cont. Encostas Zona Oeste 2012	0	45.432	45.432	0	43	43	0	43	43	
Obras Implantação do VLT Centro *	0	532.000	532.000	0	24.619	24.619	0	67.670	67.670	
PAC Olímpico - Ginásio Handebol	0	178.458	178.458	0	14.279	14.279	0	49.781	49.781	
PAC Olímpico - Centro de Tênis	0	182.071	182.071	0	26.950	26.950	0	65.652	65.652	
PAC Olímpico - Velódromo	0	143.239	143.239	0	15.926	15.926	0	40.970	40.970	
PAC Olímpico - Estádio Aquático	0	219.557	219.557	0	23.458	23.458	0	84.822	84.822	
PAC Olímpico - Deodoro (Área Norte)	0	659.657	659.657	0	111.142	111.142	0	111.142	111.142	
PAC Olímpico - Deodoro (Área Sul)	0	166.814	166.814	0	22.534	22.534	0	24.534	24.534	
PAC Olímpico - Deodoro (Domínio Urbano)	0	51.900	51.900	0	12.332	12.332	0	15.783	15.783	
Fase 2	0	30.660	30.660	0	0	0	0	0	0	
PAC/Mcidades - Projeto BRT Ligação B	0	19.173	19.173	0	0	0	0	0	0	
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Bairro Serrac	0	7.207	7.207	0	0	0	0	0	0	
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Lapa Legal	0	3.993	3.993	0	0	0	0	0	0	
TOTAL PAC II - OGU	113.100	2.827.700	3.001.833	945	261.962	262.907	83.715	612.508	696.224	

* O valor refere-se apenas à parcela da União. A parcela correspondente à iniciativa privada na PPP do VLT foi excluída da totalização.

Fonte: F/STM/ACR.

Tabela II - PAC / OPERAÇÕES DE CRÉDITO CEF

PAC - FGTS CEF	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Em R\$ mil									
<i>Urbanização de Áreas 2007/2008</i>									
Reg. Fundiária Fernão Cardim	23	445	468	0	0	0	23	445	468
A. Lima / S.Rodrigues	2.691	21.635	24.326	0	0	0	2.644	19.734	22.379
São Carlos	2.001	21.145	23.146	0	73	73	1.951	18.683	20.634
Nova Divineia e outros	1.583	16.678	18.262	0	0	0	1.409	12.534	13.943
Guarabu	4.688	27.885	32.573	0	0	0	4.391	27.058	31.450
Areal	1.306	5.464	6.770	42	0	42	1.217	5.364	6.581
Vila Esperança	1.447	15.083	16.530	0	55	55	970	9.434	10.404
Vila Rica de Irajá	2.275	22.292	24.567	0	17	17	2.032	18.219	20.251
João Lopes	933	5.325	6.258	0	0	0	878	4.966	5.844
Parque Alegria	410	7.796	8.206	0	6	6	391	5.115	5.506
Vila Catiri	1.102	8.639	9.741	0	43	43	1.091	7.739	8.830
<i>Urbanização de Áreas 2010/2011</i>									
Colônia Juliano Moreira	22.561	39.968	62.529	0	0	0	10.662	17.501	28.162
Babilônia e C Mangueira	19.121	39.824	58.945	268	175	443	30.089	19.630	49.719
Jardim do Amanhã - C Deus	7.813	35.872	43.685	198	910	1.108	1.781	7.924	9.706
Complexo do Alemão	17.408	59.989	77.396	25	87	112	10.405	34.512	44.917
Complexo de Manguinhos	8.473	29.862	38.336	172	626	798	1.747	4.347	6.095
Morro da Coroa	16.135	22.621	38.756	0	0	0	15.218	21.187	36.404
Comunidade Guarabu	8.068	19.439	27.507	0	0	0	6.209	14.332	20.541
SUB-TOTAL Urbanização de Áreas	118.039	399.962	518.001	705	1.991	2.696	93.110	248.723	341.833
<i>Saneamento 2007/2008</i>									
Parque Linear- Rio Acari	54.716	46.948	101.663	0	0	0	49.862	42.754	92.615
<i>Saneamento 2012/2011</i>									
Lotes 1B/ e 1C Jacarepaguá	40.388	198.493	238.881	0	106	106	27.293	133.691	160.983
Saneando Santa Cruz	73.456	207.246	280.701	846	4.241	5.086	32.465	91.069	123.534
Canal Mangue/Rio Joana	42.725	143.200	185.925	0	0	0	24.015	80.023	104.037
SUBTOTAL Saneamento	211.285	595.886	807.171	846	4.346	5.192	133.634	347.536	481.170
TOTAL PAC - FGTS	329.324	995.848	1.325.172	1.551	6.337	7.888	226.744	596.259	823.003

Fonte: F/STM/ACR.

Tabela III - PAC MOBILIDADE URBANA / OPERAÇÕES DE CRÉDITO BNDES e CEF

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2015			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Em R\$ mil									
<i>PAC - COPA / BNDES 2010</i>									
BRT Corredor Trancarioca - BNDES <i>P. ESTRUTUR</i>	524.606	1.179.000	1.703.606	0	0	0	513.761	1.190.184	1.703.945
Melhoria da Infraestr. viária e urbana RJ <i>PRÓ-TRANSPORTE / CEF 2013</i>	301.710	2.715.389	3.017.099	99.251	450.488	549.739	190.985	1.420.925	1.611.911
BRT Corredor Transbrasil <i>PRÓ-TRANSPORTE / 2 ETAPA</i>	203.000	1.097.000	1.300.000	4.826	10.864	15.690	4.826	10.864	15.690
Pav. Vias Sta. Cruz/Vala do Sangue	9.575	181.934	191.509	0	0	0	0	0	0
Pav. Vias em Sepetiba	2.940	55.857	58.797	0	0	0	0	0	0
Pav. Vias em Guaratiba	7.548	143.418	150.967	0	0	0	0	0	0
Pav. Vias no Bairro Maravilha	6.252	118.791	125.043	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.055.632	5.491.389	6.547.021	104.077	461.352	565.429	709.572	2.621.974	3.331.546

Fonte: F/STM/ACR.